

PERINI, M. A. Fatores extralinguísticos na atribuição de relações temáticas. *ReVEL*, v. 20, n. 38, 2022. [www.revel.inf.br].

FATORES EXTRALINGUÍSTICOS NA ATRIBUIÇÃO DE RELAÇÕES TEMÁTICAS

Extralinguistic factors in the attribution of thematic relations

Mário A. Perini¹

marioperini7@gmail.com

RESUMO: Acredita-se em geral que a atribuição de relações temáticas aos diversos complementos de uma oração é totalmente dependente das propriedades do verbo principal, mais precisamente de sua valência. Neste artigo apresento evidência que deixa claro que outros fatores, de natureza não lexical ou gramatical, interferem de maneira decisiva em muitos casos para determinar a relação temática que se associa a certos complementos. O processo de atribuição é na verdade um exemplo do fenômeno da interação entre conhecimento da língua e conhecimento do mundo, componente essencial do processo de compreensão dos enunciados.

PALAVRAS-CHAVE: Valência verbal; cognição; relações temáticas; compreensão de enunciados.

ABSTRACT: It is generally assumed that the assignment of thematic relations to the complements of a sentence is entirely dependent on the valency of the main verb. In this article I present evidence showing that factors of a nonlexical and nongrammatical nature are crucial in many cases in order to determine the thematic relation that associates with certain complements. The assignment process is actually one example of the interaction between linguistic competence and world knowledge, an essential component in the process of understanding of utterances.

KEYWORDS: Verbal valence; cognition; thematic relations; comprehension of utterances.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo resume alguns dos resultados de um projeto de pesquisa que vem se desenvolvendo há mais de uma década, e que se centra primariamente na descrição das valências verbais do português. Os pressupostos teóricos e metodológicos do trabalho foram apresentados em dois livros (Perini, 2015; 2019)², aos quais remeto o leitor interessado em aprofundar as questões; aqui sumario os pontos de importância para a compreensão do presente texto, de modo que não há necessidade de leitura prévia dos livros. Neste artigo apresento alguns novos exemplos que corroboram as afirmações constantes no trabalho anterior, e procuro fazer algumas generalizações que não ficaram suficientemente desenvolvidas nos textos anteriores.

O principal dos pontos que norteiam o projeto é o seguinte: admite-se em geral que as relações temáticas³ são atribuídas a todos os complementos elegíveis com base na grade temática do verbo da oração – ou seja, em sua valência.⁴ No entanto, esse modelo é excessivamente simples para dar conta da complexidade do sistema de atribuição, que inclui não apenas outros fatores gramaticais, mas também fatores extralinguísticos diretamente relacionados com o conhecimento do mundo. Em publicações anteriores explico em algum detalhe os diversos mecanismos envolvidos na atribuição de relações temáticas; eles compreendem não apenas o caso clássico no qual a relação temática é atribuída a um complemento em função da valência do verbo principal, mas também casos em que:

- (a) a relação temática (RT) é determinada por uma preposição, independentemente do verbo da oração; por exemplo, sintagmas introduzidos por *após* sempre exprimem lugar em uma sequência temporal;

² Um relato atualizado e expandido deve sair em português em 2024.

³ As **relações temáticas** incluem os papéis semânticos, mas não se limitam a eles; ver explicação mais adiante.

⁴ Essa é a concepção que se encontra na literatura em geral, como por exemplo Haegeman (1991), Rickheit e Sichelshmidt (2007), Götz-Votteler (2007), Herbst e Schüller (2008), Vaamonde et al. (2010), Malchukov e Comrie (2015), assim como na maioria dos dicionários de valências. Na prática, são elegíveis para receber relação temática os SNs, os sintagmas adjetivos e os advérbiais. Não elegíveis são coisas como a partícula negativa *não*, conectivos etc.

- (b) um sintagma não preposicionado tem RT inerente, independentemente do contexto sintático; por exemplo, *ontem à noite* só pode exprimir Tempo;
- (c) uma regra de protótipo estipula uma ou algumas RTs como preferenciais; por exemplo, a preposição *com* introduz sintagmas de Companhia, Instrumento ou Modo, mas não de Posse;
- (d) um complemento recebe sua RT por ausência, ou seja, por referência ao esquema evocado pelo verbo principal da oração.

e alguns outros (ver lista completa em Perini, 2019, 6.2). O resultado é um sistema complexo e heterogêneo, de cujo funcionamento dou aqui alguns novos exemplos. Vou tratar em especial do caso (d) acima, em que a RT é atribuída a um complemento sem referência a fatores lexicais ou gramaticais, isto é, como consequência de traços do esquema evocado pelo verbo. Trata-se de um fenômeno extralinguístico, dependente de informação presente nos esquemas envolvidos, e não da estrutura sintática ou das propriedades dos itens lexicais.

A natureza da pesquisa aqui relatada é basicamente descritiva, e não teórica. Objetiva um levantamento abrangente dos dados, sistematicamente organizados de maneira a permitir a construção de um panorama geral dos fenômenos valenciais da língua. Por conseguinte, os dados não são selecionados em função da validação de alguma hipótese previamente adotada; e a lista dos casos procura eventualmente representar todas as construções em que os verbos podem ocorrer. Isso explica a ênfase na discussão de muitos exemplos: estamos à procura de uma análise teoricamente coerente, que, acredito, ainda não é possível, e depende do exame de um corpo maior de evidência. Assim, não ofereço uma teoria, mas um conjunto de guias para o trabalho descritivo que precisa ser feito.

Por outro lado, não é possível escapar de alguns princípios teóricos. O primeiro deles é que a descrição deve estabelecer conexão entre a estrutura lexicogramatical da língua e a representação cognitiva veiculada por cada sentença. Procuo abordar essa tarefa sem lançar mão de muitos pressupostos específicos; em particular, não estou em busca, neste estágio, de um sistema simples e bem integrado. E as soluções oferecidas não são necessariamente as únicas possíveis. Há evidência de que a conexão entre a forma linguística e a

representação cognitiva pode ser estabelecida, em certos casos, por mais de um caminho; aqui me concentro no caminho mais direto entre esses dois espaços, mas tendo em mente que o sistema tem um objetivo, e não é muito exigente quanto aos meios pelos quais esse objetivo é alcançado. Isso resulta em que no momento temos pelo menos tantas perguntas quanto respostas. Tendo a concordar que

[...] pode ser um erro focalizar demais na procura de princípios *básicos*. É mais provável que o cérebro não se baseie em algum esquema desse tipo mas seja, em vez disso, uma grande combinação improvisada de muitos mecanismos que fazem coisas diferentes, com mecanismos adicionais para corrigir suas deficiências, e ainda mais acessórios para interceptar vários grilos e interações indesejáveis – em resumo, uma grande confusão de mecanismos sortidos que mal e mal conseguem fazer o serviço. [Marvin Minsky, *apud* Brockman, 1995, p. 159]⁵

Posso não ir tão longe quanto Minsky na avaliação da natureza do mecanismo de atribuição de relações temáticas, que é provavelmente sistemático até certo ponto. Mas é muito complexo, e o mais que se pode tentar no momento é arriscar alguns passos para a construção de uma futura teoria da atribuição de relações temáticas, a ser eventualmente integrada com outros mecanismos da língua que têm os mesmos objetivos comunicativos, mas forma e funções bem diferentes.

2. ESQUEMAS

Vamos começar com a noção de **esquema**⁶. Os esquemas não são unidades linguísticas, mas antes unidades componentes da cognição; eles são definidos como

[...] os elementos fundamentais dos quais depende todo o processamento da informação. Os esquemas são usados nos processos de interpretar dados sensoriais (tanto linguísticos quanto não linguísticos), recuperar informação da memória, organizar ações, determinar objetivos e sub-objetivos, destinar recursos, e em geral dirigir o fluxo de processamento no sistema. [Rumelhart, 1980, p. 33-34]

⁵ Tradução minha em todos os trabalhos não originalmente em português.

⁶ Esquemas não são novidade, claro, e têm sido utilizados pelos linguistas nas últimas décadas; dou aqui apenas uma descrição sumária. Para o que nos interessa, os esquemas correspondem aos *frames* usados no Framenet e em parte da literatura.

Os esquemas também contêm informação linguística. Mas aqui vamos nos ocupar mais com informação extralinguística – em particular, com a denotação de entidades, eventos e estados, assim como as relações entre eles. Por exemplo, a frase

[1] Ricardo assou os biscoitos.

corresponde a uma representação cognitiva que inclui duas entidades, RICARDO e BISCOITOS⁷; uma ação, ASSAR, assim como as relações temáticas entre esses elementos, a saber, Ricardo é a “entidade que assa” e os biscoitos são as “coisas que são assadas”. Todos esses elementos são representados por esquemas na representação cognitiva. Quando me refiro aos esquemas, tenho em mente essa porção da informação, componentes do que podemos chamar o **significado literal** da sentença. Essas relações contrastam com as unidades linguísticas (palavras, sintagmas) e relações linguísticas (funções sintáticas, papéis semânticos gramaticalmente definidos).

Os componentes dos esquemas que nos interessam são suas **variáveis**, que estabelecem relações a serem vinculadas por outros esquemas em enunciados particulares. Por exemplo, o esquema ASSAR contém as variáveis “entidade que assa” e “coisa que é assada”, das quais a primeira é vinculada na frase [1] pelo esquema RICARDO, e a última pelo esquema BISCOITO⁸. A união do esquema com suas variáveis lembra a dicotomia tradicional entre, respectivamente, predicados e argumentos; suspeito que há diferenças, mas para nossos objetivos imediatos a analogia pode ser mantida. A propriedade dos esquemas que nos interessa é poderem ser **evocados** pelas unidades linguísticas, em particular itens lexicais; assim, dizemos que o verbo *comer* evoca o esquema COMER.

3. PAPÉIS SEMÂNTICOS, RTES E ELABORAÇÃO

⁷ Vou usar versalete para me referir a esquemas e suas partes; assim, RICARDO não é a palavra *Ricardo*, mas o esquema (o conceito) correspondente.

⁸ Aqui podemos deixar de lado o fato de que os biscoitos são definidos, estão no plural etc.

Precisamos agora esclarecer a distinção entre dois tipos de relações temáticas: **papéis semânticos e relações temáticas elaboradas (RTEs)**⁹.

No exemplo

[1] Ricardo assou os biscoitos.

o que podemos dizer sobre a relação temática entre *Ricardo* e o verbo? Naturalmente, é o Agente; mas isso não basta, porque *Ricardo* é também o Agente em

[2] Ricardo comeu os biscoitos.

e no entanto entendemos uma relação bastante diferente. É preciso decidir qual é nosso objetivo: estamos tentando descrever a representação cognitiva que obtemos dessas sentenças, ou sua análise gramatical? Dependendo do objetivo vamos obter respostas bem diferentes. Se estamos tratando da análise gramatical, *Ricardo* tem a mesma função temática nas duas frases, a saber o papel semântico Agente; mas se estamos tratando da representação cognitiva, o esquema correspondente, RICARDO, tem uma RTE diferente em cada caso; respectivamente, “entidade que assa” e “entidade que come”.

A diferença aparece com clareza quando consideramos que algumas regras gramaticais podem mencionar a relação Agente. Por exemplo, há uma regra de protótipo que estipula que o Agente (quando presente) é quase sempre codificado como o sujeito da oração. Mas evidentemente os casos particulares examinados não mostram diretamente o Agente, mas a “entidade que assa”, a “entidade que come”, a “entidade que chuta” e assim por diante, e a regra não pode ser formulada com o uso dessas relações elaboradas (RTEs): precisa mencionar o Agente, que as engloba. Nenhuma regra gramatical menciona diretamente as RTEs. Além dessa regra, podemos mencionar a regra (sem exceção) que proíbe o Agente de ser exposto por um objeto direto.

⁹ Essencialmente a mesma distinção está presente em Schlesinger (1995, p. 4-5). As RTEs têm recebido diversas designações: Schlesinger, seguindo Fillmore, as chama *casos*; e eu próprio as chamei CSRs em trabalhos anteriores. Agora prefiro o termo *relações temáticas elaboradas*, por descrever melhor o que elas realmente são.

Por outro lado, as RTEs têm uma importância metodológica especial, pois são as únicas relações temáticas passíveis de testagem direta, com falantes nativos sem treinamento linguístico; nem todos sabem o que é um Agente, mas todos concordarão que em [1] Ricardo pratica a ação de assar, e em [2] a de comer – isto é, a relação entre Ricardo e o evento descrito é diferente nas duas frases. Se nos limitamos aos papéis semânticos (Agente, Paciente, Instrumento etc.) as afirmações correspondentes não são testáveis, o que prejudica seriamente o valor empírico da análise.

A falta de distinção entre esses dois tipos de relações temáticas levou a algumas conclusões pessimistas acerca da possibilidade de defini-las. Por exemplo,

Admite-se em geral que uma teoria linguística rigorosa deveria fornecer uma lista definitiva de papéis [semânticos], e que algum elemento desse inventário deve descrever corretamente o envolvimento de cada participante em toda relação verbal ou oracional; o fato de que uma lista dessas não foi proposta tem sido uma fonte constante de preocupação. No entanto, não acredito que uma lista desse tipo seja nem necessária nem possível. Um inventário de papéis semânticos pode sempre ser refinado e articulado em tipos mais específicos com base em novos dados e em uma análise mais detalhada – no extremo, cada verbo definiria um conjunto distinto de papéis participantes que refletem suas propriedades semânticas únicas (por ex., o sujeito de *bite* ['morder'] é um tipo ligeiramente diferente de agente do que o sujeito de *chew* ['mastigar']). Inversamente, a concepção de um papel é obtida por abstração a partir das peculiaridades de exemplos individuais. Como qualquer tipo de similitude fornece a base para um esquema possível, e como a esquematização pode ser levada a qualquer grau, não devemos esperar que um inventário fixo e limitado acomode todos os fenômenos em qualquer língua.

Não acredito que os papéis semânticos sejam antes de tudo construtos linguísticos, mas antes concepções pré-linguísticas baseadas na experiência do dia-a-dia. [Langacker, 1991, p. 284-285]

As observações de Langacker são corretas na medida em que só levamos em conta as RTEs, que são com efeito “concepções pré-linguísticas baseadas na experiência do dia-a-dia”, e são em número ilimitado em princípio. Mas essa posição deixa de considerar a a outra face do fenômeno: a gramática pode funcionar utilizando relações mais esquemáticas tais como Agente; de outra forma algumas regras evidentemente necessárias não podem ser formuladas.

O fato de que nenhuma regra gramatical menciona RTEs, mas algumas mencionam papéis semânticos, mostra que existe um grau específico de esquematização para certos grupos de RTEs, definido em cada língua como

material que pode ser parte da formulação de regras. O Agente representa um conjunto de RTEs em determinado grau de esquematização, e apenas essa relação esquemática é relevante para efeitos gramaticais ou lexicais. Conseqüentemente, a objeção de Langacker a este pormenor não se sustenta, já que existe um critério que limita a possibilidade de esquematização das RTEs: podem agrupar-se sob rótulos que sejam gramaticalmente relevantes. A conclusão é que para analisar o fenômeno em sua íntegra precisamos de RTEs, como Langacker vê corretamente, mas também de papéis semânticos, pelo menos em muitos casos. Os papéis semânticos são relações linguísticas, parte da estrutura da língua, ao passo que as RTEs são relações cognitivas, parte da representação cognitiva, e não específicas de uma língua particular: cada língua tem seu modo de expressar uma RTE como a “entidade que come”, mas nem todas precisam codificá-la da mesma maneira que a “entidade que assa”, a “entidade que chuta”, a “entidade que escreve” etc., unificando-as em uma única relação mais esquemática, o papel semântico Agente.

Na verdade, que eu saiba, não há grande variedade na codificação do Agente nas diferentes línguas. Mas isso nem sempre vale para outras relações: um exemplo bastante eloquente são as relações locativas. Em português, podemos distinguir as relações Lugar, Fonte, Meta¹⁰ e Trajetória, cada uma marcada por uma preposição distinta, e portanto constituindo papéis semânticos distintos na língua. Por exemplo, respectivamente,

em Maceió (Lugar)

de Maceió (Fonte)

para Maceió (Meta)

por Maceió (Trajetória)

Mas há línguas que dividem as relações locativas diferentemente. O náhuatl tem apenas um papel semântico locativo, que inclui todas essas relações em uma só, marcadas identicamente na gramática; e o latim acrescenta outras nuances, como diversos papéis correspondentes à nossa Fonte: a preposição *ex* indica “de dentro de”, *ab* “dos lados de”, e *de* “de cima de”. Como se vê, embora

¹⁰ Fonte (*Source*) = origem de um deslocamento; Meta (*Alvo; Goal*) = final de um deslocamento.

as RTEs continuem sendo necessárias para os falantes de todas as línguas, os papéis semânticos variam em cada uma¹¹.

Entendido dessa maneira, um papel semântico é um feixe de RTEs que funciona como uma unidade para efeitos de formulação das regras de uma língua; cada língua faz sua própria seleção, de modo que os papéis semânticos não são universais. As RTEs são necessárias porque podem ser observadas, ou seja, são acessíveis à introspecção do usuário da língua; e os papéis semânticos são necessários porque desempenham função na estrutura lexicogramatical da língua. A distinção entre esses dois níveis de relações temáticas é tão necessária quanto a distinção entre fonemas e sons da fala, e por razões semelhantes, já que os sons são diretamente observáveis, e os fonemas são necessários na descrição da língua. Assim, os papéis semânticos são parte da língua, e as RTEs não: são parte dos esquemas evocados pelas unidades linguísticas. Ambas são **relações temáticas (RTs)**, parte da ponte que liga as estruturas formais às **representações cognitivas** que constituem a compreensão dos enunciados. A relação entre um conjunto de RTEs e o papel semântico que as representa no plano gramatical é de hiponímia, ou seja, a RTE é um dos “tipos” do papel semântico; por exemplo, “causador imediato de um evento de correr” é uma RTE hipônima do papel semântico Agente, definido como “causador imediato de um evento”. Diz-se então que a RTE **elabora** o significado do papel semântico, sendo a elaboração efetuada através de relações de hiponímia; essa é a relação que vigora entre um papel semântico e as RTEs que o realizam.

Voltando ao exemplo [1],

[1] Ricardo assou os biscoitos.

razões lexicogramaticais nos permitem saber que o sujeito *Ricardo* é o Agente – neste caso, provavelmente a regra de protótipo que estabelece que, se não houver informação explícita do contrário, o Agente é o sujeito¹².

¹¹ A informação sobre o náhuatl vem de Launey (1992, p. 53). As diversas relações locativas podem ser expressas nessa língua, mas não através de recursos gramaticais; em vez disso, são usados indicadores dêiticos.

¹² A informação de que o Agente não é sujeito, quando necessária, é fornecida na valência do verbo. Só se conhece um caso assim, o verbo *apanhar* no sentido de “levar surra”; a passiva não é realmente uma exceção – ver explicação em Perini (2015, Apêndice 6).

Mas isso está ainda longe do que entendemos ao ouvir [1]. Essa frase nos diz não apenas que Ricardo praticou uma ação, mas oferece vários outros detalhes sobre essa ação: ela envolve colocar alguma coisa em um forno (não em uma frigideira), retirá-la antes que queime etc. Isso não deriva da estrutura da frase, mas do que sabemos a respeito do evento de assar (isto é, do esquema ASSAR). Dizemos então que, com base nesse esquema, o papel semântico Agente é **elaborado** como a RTE apropriada aqui: se o Agente é o “causador imediato de um evento”, sua elaboração nesse contexto é o “causador imediato de um evento *de assar*”, onde *de assar* representa a informação presente no esquema ASSAR. Em [2]

[2] Ricardo comeu os biscoitos.

a RTE correspondente ao sujeito vai ser “causador imediato de um evento *de comer*”, com todos os detalhes que daí decorrem. Assim, a elaboração se processa com base na informação contida nos esquemas – em outras palavras, com base em traços da representação cognitiva que vai sendo construída.

Um papel semântico como Agente representa um conjunto de RTEs relacionadas – relacionadas porque todas elas são elaborações da noção de “causador imediato de um evento”. Daí surge a lista enorme, talvez ilimitada, de relações das quais diz Langacker que “não devemos esperar que um inventário fixo e limitado acomode todos os fenômenos em qualquer língua”. Isso é correto, mas somente no que diz respeito às RTEs. Pegando uma analogia fonológica, pode-se dizer que o conjunto dos sons emitidos pelos falantes do português é vasto, principalmente se levarmos em conta diferenças de ambiente fonético, pressa e grau de nervosismo do falante, além de diferenças em qualidade e altura da voz de cada um: mulheres, homens, crianças, barítonos, sopranos etc. Todos esses fatores acarretam diferenças sonoras que não podem ser simplesmente desprezadas, já que fazem parte dos dados. Mas não são parte da língua portuguesa, ao contrário da distinção (fonológica) entre /s/ e /z/, fonemas distintos em português mas não em espanhol. E, assim como não se pode estudar a fonologia de uma língua sem em algum momento considerar a diferença entre os sons da fala, embora nosso objetivo seja estabelecer fonemas, não se pode desprezar as RTEs ao estudar os papéis semânticos.

Para a frase [1], então, podemos propor uma análise semântica parcial, ou seja,

[1] Ricardo assou os biscoitos

PS¹³ Agente

RTE “pessoa que assa”

onde a RTE é derivada por elaboração do papel semântico, mais informação do esquema. Vemos então que, conforme o nível de elaboração, ao sujeito *Ricardo* é atribuído um papel semântico e também uma RTE.

4. ATRIBUIÇÃO POR AUSÊNCIA

4.1 COMPLEMENTOS SEM PAPEL SEMÂNTICO

Vamos agora examinar

[3] Os incas adoravam o sol.

A regra de protótipo mencionada acima atribui ao sujeito o papel de Agente. E o objeto, *o sol*? Poderia ser analisado como o Paciente; mas o que é exatamente um Paciente? A definição desse papel se tem mostrado bem mais problemática do que a do Agente. Este, como vimos, pode ser entendido como o “causador imediato de um evento”, o que funciona para a maioria dos casos tradicionalmente analisados como de Agente. Mas para o Paciente não há definição básica que satisfaça todos os casos assim analisados. A definição mais comum é a “entidade que sofre uma ação”, ou talvez melhor “entidade que muda de estado como resultado de um evento”¹⁴. Isso dá certo para o objeto de *Ricardo assou os biscoitos* ou *Ricardo comeu os biscoitos*, e aqui o papel Paciente provavelmente se justifica; mas para *o sol* em [3] claramente não funciona.

¹³ PS = papel semântico. Como se vê, noto os PSs com inicial maiúscula, e as RTEs em minúsculas com aspas.

¹⁴ Levin e Hovav (2005, p. 21) dão a entender que essa definição delimita casos tratados coerentemente em muitas línguas. Langacker (1991, p. 285) dá uma definição nessa linha, embora limite esse papel semântico a seres inanimados, o que a meu ver não é correto.

É preciso resistir à tentação de chamar *o sol* de Paciente sem referência a uma definição semântica; se fizermos isso recorreremos à sintaxe como meio de identificar uma categoria de significado, um tipo de critério contra o qual Jackendoff emite uma advertência bem fundada:

Dada a importância [das relações temáticas / MAP], é crucial que se verifique o que elas realmente são, de modo que tenham uma vida independente própria. Precisamos ficar seguros de que não as estamos invocando como um truque mal disfarçado para atender às exigências da sintaxe. [Jackendoff, 1987: 371]

Casos difíceis como [3] são muito comuns; por exemplo:

[4] Aplaudi a decisão.

[5] Eles cantaram o hino nacional.

[6] A Sandra imita uma cantora famosa.

e assim por diante. Não me parece possível ver nos objetos dessas frases uma “entidade que muda de estado como resultado de um evento”. Na verdade, essas relações temáticas (que, em si mesmas, não são obscuras) não podem ser encaixadas em nenhum dos papéis semânticos tradicionalmente reconhecidos. Aqui encontramos a situação descrita por Langacker como “no extremo, cada verbo definiria um conjunto distinto de papéis participantes que refletem suas propriedades semânticas únicas”.

4.2 ATRIBUIÇÃO POR AUSÊNCIA

Nesta seção apresento uma solução que escapa a essas objeções. Vamos considerar a vinculação de *uma cantora famosa* em

[6] A Sandra imita uma cantora famosa.

Que RTE deve ser atribuída a esse constituinte? Só resta uma no esquema, a saber a “coisa imitada”. Já sabemos que o sujeito, *Sandra*, denota o imitador, isso por efeito da regra de protótipo; e o objeto, nessa frase, denota algo que pode ser imitado. Sabemos que o objetivo de uma sentença é veicular uma representação cognitiva; e a representação cognitiva, como qualquer estrutura cognitiva, é sujeita a condições de boa formação: precisa fazer sentido em termos de conhecimento do mundo, e precisa retratar uma visão coerente de um evento ou estado. A representação cognitiva precisa atingir o **fechamento** (*closure*), ou seja, o ponto em que todos os seus elementos se integram no quadro unificado de um evento, um estado etc., o que é um requisito de boa formação. Isso, que eu saiba, não foi ainda explicitamente aplicado à interpretação dos complementos de uma sentença; mas o processo não é controverso, e é bem compreendido em outras áreas. Gregory (1966), referindo-se à percepção visual, explica que

Se o cérebro não estivesse continuamente à procura de objetos, o cartunista teria muitas dificuldades. Mas, na verdade, tudo o que ele precisa fazer é apresentar algumas linhas e nelas vemos um rosto, completo com sua expressão. [...] Às vezes vemos objetos que não estão lá: rostos no fogo, ou o homem da lua. [...] A visão de objetos envolve muitas fontes de informação além das que se apresentam aos olhos quando olhamos um objeto. Geralmente envolve conhecimento do objeto, derivado da experiência prévia, e essa experiência não se limita à visão, podendo incluir outros sentidos. [Gregory, 1966, p. 10]

Digamos que se deixe o objeto nas frases [3] a [6] não marcado quanto ao papel semântico. Depois da aplicação da regra de protótipo do Agente¹⁵, temos

[7] A Sandra imita uma cantora famosa.

Agente

com o objeto sem papel semântico. A gramática da língua só vai até aqui: [7] é produto do sistema da língua, embora obviamente não seja ainda uma base suficiente para a construção da representação cognitiva. Não há necessidade de informação gramatical sobre o papel semântico do objeto dessa frase: esse constituinte é usado para vincular a variável vaga do esquema IMITAR, o que leva

¹⁵ “Depois” aqui é apenas uma maneira de dizer; não entendo esse processo como uma sequência ordenada de regras, mas como o resultado de acesso simultâneo a toda a informação relevante.

a uma representação cognitiva bem formada, que é o que realmente queremos. Chegamos então a

[8] A Sandra imita uma cantora famosa

PS Agente

RTE “imitador” “coisa imitada”

onde a RTE do sujeito é o resultado da elaboração do Agente, e a RTE do objeto é atribuída **por ausência**¹⁶, diretamente a partir do esquema. Isso significa que nem todos os complementos (elegíveis) têm papéis semânticos, mas todos precisam ter uma RTE. Dessa maneira a representação cognitiva atinge o fechamento, mas o processo é apenas parcialmente linguístico. A atribuição da RTE “coisa imitada” ao objeto *uma cantora famosa* em [6] provém não de traços da estrutura de uma língua particular, mas do conhecimento de mundo por parte do receptor.

O fechamento é um dos aspectos de um fenômeno mais geral, a busca constante de formas bem formadas, ou Gestalts, que caracteriza a cognição humana. Somos criaturas ávidas de significado, e temos um forte impulso no sentido de reconhecer entidades previamente armazenadas ou geradas que nos possibilitem compreender estímulos novos. Essa não é uma situação excepcional: o exame dos dados sugere que é, antes, extremamente comum: a compreensão é o resultado da colaboração entre fatores linguísticos e extralinguísticos.

4.3 CONDIÇÃO DE ATRIBUIÇÃO

Já foi observado que nenhum complemento elegível pode ficar sem RTE; assim, *uma cantora famosa* em [6], embora não receba papel semântico, acaba sendo interpretada como a “coisa imitada”. Podemos chamar esse dispositivo **condição de atribuição**, que se formula como

Condição de atribuição:

Nenhum constituinte passível de receber RTE pode ficar sem.

¹⁶ *By default*, em inglês: noção introduzida em Perini (2015).

Essa é uma condição à boa formação da representação cognitiva, e não parte da estrutura gramatical da língua; nisso a Condição de Atribuição difere do “critério teta” da gramática gerativa, que se entende geralmente como um mecanismo gramatical. A Condição se refere apenas à impossibilidade de integrar esquemas evocados que não constituem parte da representação cognitiva resultante. Ela pode ser a explicação da inaceitabilidade de sequências como

[9] * Ricardo assou os biscoitos os bolos.

Como não é possível analisar *os biscoitos os bolos* como um SN (seria possível se houvesse um coordenador: *os biscoitos e os bolos*), um dos SNs assim justapostos fica sem RTE, pois o esquema ASSAR só fornece duas variáveis, a “entidade que assa” e a “coisa assada”; mas [9] tem três SNs, um dos quais fica sem RTE. Consequentemente, não é possível construir uma representação cognitiva bem formada a partir de [9], o que causa sua inaceitabilidade.

Por outro lado, a condição oposta não funciona: é possível deixar variáveis do esquema sem atribuição a constituintes da sentença. É o que vemos em

[10] Ricardo está lendo.

O esquema LER contém duas variáveis, o “leitor” e a “coisa lida”; mas a segunda pode deixar de ser atribuída (mesmo em contexto não anafórico), e nesse caso se entende esquematicamente: Ricardo está lendo alguma coisa, que não é especificada mas precisa ser entendida como existente.

4.4 EMPARELHAMENTO

Um fator que atua na atribuição por ausência é o **emparelhamento** de RTEs: são casos onde a presença de uma RTE acarreta a presença de outra. Esse é um fenômeno cognitivo, não gramatical, e pode ser considerado um dos fatores que condicionam a atribuição por ausência. Por exemplo, seja a sentença

[11] Clara é bonita.

É um fato geral que não se menciona uma “qualidade” sem atribuí-la a alguma entidade, que é a “coisa qualificada” – uma representação cognitiva que inclua a primeira sem a segunda seria mal formada. O sintagma *bonita* tem um potencial temático restrito: pode expressar uma qualidade, e apenas isso. E o sintagma *Clara*, que é tipicamente referencial, pode ser entendido como uma entidade, e portanto a “coisa qualificada”. Conseqüentemente, nesta frase tudo o que a valência do verbo precisa fazer é estipular que há um sujeito mais outro complemento; a forma do complemento pode ter que ser também especificada. Mas não há necessidade de marcas temáticas, já que estas podem ser inteiramente derivadas do potencial temático dos complementos.

Outro elemento útil aqui é o significado do verbo, *ser*. Esse verbo pode evocar diversos esquemas, entre eles QUALIFICAÇÃO, que é o que funciona em [11]. Já na frase

[12] Clara é aquela moça alta.

o esquema evocado é IDENTIDADE DE REFERÊNCIA, que só funciona se ambos os complementos forem referenciais, o que é o caso em [12] mas não em [11]. Isso significa que se IDENTIDADE DE REFERÊNCIA for evocado em [11] a representação cognitiva não vai fechar, e será marcada como mal formada. Conseqüentemente, outra alternativa é posta em jogo, a saber QUALIFICAÇÃO. Há diversas outras construções onde a relação temática de emparelhamento parece ser necessária. Por exemplo, a RTE “lugar” não pode ocorrer a não ser acompanhada de uma “coisa localizada”; o “possuidor” acarreta uma “coisa possuída”; e o “estímulo” acarreta um “experenciador” (embora talvez não vice-versa).

As relações temáticas emparelhadas talvez devam ser analisadas como relações complexas – ou seja, “qualidade + coisa qualificada” seria uma RTE única, já que as condições de atribuição se aplicam ao par, não a qualquer dos membros separadamente. O emparelhamento é ainda um fenômeno mal explorado, mas acredito que é relevante, e deve ser devidamente pesquisado, em especial através da identificação de novos casos. E é mais um aspecto do fato de

que a valência verbal não é o único recurso que o usuário da língua tem ao seu dispor para construir representações cognitivas com base no sinal recebido.

5. EXEMPLOS

Passo agora a ilustrar o processo esboçado acima com alguns exemplos. Os dados são tirados do *Dicionário de valências verbais do português brasileiro*, que no momento inclui 327 construções. No *Dicionário*, cada verbo (654 no momento) é anotado com o conjunto das construções (**diáteses**) nas quais pode ocorrer, e que constituem sua **valência**¹⁷. Selecionei uma pequena amostra da lista, com diáteses que incluem um complemento da forma **de SN**, e discuto as condições em que podem ser simplificadas deixando que um ou mais dos complementos recebam suas RTEs por ausência, ou por regra de protótipo. Esses exemplos sugerem um protocolo para a pesquisa futura nesta área.

As sentenças escolhidas têm todas a forma sintática¹⁸

SujV V de SN

com as mesmas classes de formas e as mesmas relações sintáticas. Mas há diferenças marcantes nas relações temáticas e sua atribuição aos diversos constituintes, de modo que é preciso examinar cada caso individualmente.

Para cada sentença procuro verificar se as marcas temáticas tais como se encontram em geral nos dicionários de valências são necessárias. Caso contrário, vários constituintes ficam sem papel semântico; nesses exemplos ocorre a situação que vimos acima para o exemplo [3], ou seja, as atribuições finais a serem integradas na representação cognitiva são independentes de fatores linguísticos, derivando de elementos do esquema evocado pelo verbo principal. Devo enfatizar que em muitos casos a análise proposta é apenas uma hipótese – ou, mais exatamente, um convite à crítica e à discussão.

5.1 GATO FUGIDO

¹⁷ Uma diátese é uma construção na qual só pode ocorrer um subconjunto dos verbos da língua; a ocorrência em diáteses é portanto determinada pelas propriedades lexicais de cada verbo individual.

¹⁸ ‘SujV’ é o sujeito; há uma razão para o ‘V’, mas não nos interessa aqui.

[13] Meu gato fugiu do quintal.

Podemos começar analisando essa frase preliminarmente como realização da diátese¹⁹

[14] **SujV>Móvel V de SN>Fonte**

Mas tudo indica que a relação temática do sintagma preposicionado não é determinada pela diátese, ou seja, valencialmente. Em vez disso, uma regra de protótipo estabelece que um sintagma introduzido por *de* recebe a RTE “fonte” sempre que o esquema evocado se refere a algum movimento: este é um caso de regra de protótipo sensível a contexto. A diátese pode então ser reduzida a

[15] **SujV>Móvel V de SN**

entendendo-se a ocorrência do sintagma *do quintal* como um acréscimo livre, sujeito apenas a condições de boa formação – no caso, satisfeitas, já que o verbo evoca um esquema de movimento. Isso é possível porque sintagmas da forma *de SN* têm, como uma de suas atribuições prototípicas, a de Fonte (origem de um movimento). Desse modo, o sujeito vai receber a atribuição de Móvel (a entidade que se movimenta), por referência a uma das variáveis ainda vagas do esquema FUGIR. Isso provavelmente ocorre porque a regra de protótipo **Agente<>sujeito** marca o sujeito *meu gato* como Agente, já que FUGIR inclui o “causador imediato de um evento de fuga”. A elaboração resulta em se entender esse constituinte igualmente como o Móvel (pois só deslocando-se é possível causar imediatamente um evento de fuga). Assim, a diátese se reduz a

[16] **SujV V de SN**

Não há necessidade de consignar o Móvel ou a Fonte na diátese. Isso significa que as relações temáticas que os complementos recebem não são governadas pela valência do verbo *fugir*, e a diátese em questão pode ser

¹⁹ O Móvel é a entidade que se desloca; em algumas nomenclaturas, se chama Tema.

marcada da maneira simples dada em [16]. A regra que estabelece que *de* marca um complemento verbal de Fonte sempre que o esquema denota movimento é quase absoluta – só se conhece uma exceção, *aproximar*, onde *de* marca a Meta. Assim, as RTEs ligadas a esses complementos não precisam ser indicadas na valência do verbo, e dependem apenas da boa formação da representação cognitiva²⁰.

Essa condição de boa formação da representação cognitiva é fundamental; por exemplo, em *ele fugiu de tênis amarelo* o sintagma *de SN* não é a Fonte porque *tênis amarelo* não denota um lugar de onde ele poderia ter fugido. Não há possibilidade de explicar gramaticalmente por que *de tênis amarelo* não é a Fonte: o que funciona aqui é uma espécie de colaboração entre marcas lexicogramaticais (relações temáticas prototípicas de *de*), mais condições de boa formação da representação cognitiva.

5.2 VIVER DE SOPA

Agora vejamos o exemplo

[17] A velhinha vive de sopa.

Aqui também há dois complementos dotados de relação temática: o sujeito e o sintagma preposicionado introduzido por *de*. Vamos começar pelo último.

Sintagmas introduzidos por *de* são uma maneira comum de veicular uma relação temática que pode ser parafraseada como “fator que possibilita que o evento expresso ocorra”, para abreviar, “possibilitador”. Isso acontece em [17], onde a sopa é o que permite à velhinha continuar vivendo. Outros exemplos de sintagmas da forma *de SN* que realizam essa RTE, com vários verbos, são

[18] Alguns políticos se aproveitaram da crise.

[19] A harpista se utilizava de todos os dedos.

²⁰ Naturalmente, a valência de *aproximar* precisa informar que com esse verbo **de SN** é a Meta.

[20] Eles se serviam de umas escovas minúsculas.

[21] O advogado se valeu de uma lei antiga.

[22] Meu avô encheu a casa de crianças.

[23] Sujei a camisa de café.

[24] Ela sempre veste de jeans.

[25] O cachorro morreu de pneumonia.

A sintaxe varia, assim como a distribuição das relações temáticas, mas em todos os casos um complemento com a RTE “possibilitador”²¹ está presente na representação cognitiva. Esse fator é às vezes controlado pelo Agente; em outros casos não há Agente, e o fator é o possibilitador do evento, independentemente da existência de alguma entidade controladora (p. ex. [25]). E em todos os casos o fator em questão é codificado como *de* SN. Isso funciona para o sintagma preposicionado de [17]

[17] A velhinha vive de sopa.

Mas e quanto ao sujeito? Existe uma regra de protótipo, bem fundamentada, que atribui o papel de Agente ao sujeito; mas aqui ela não pode se aplicar, porque o esquema evocado não inclui um Agente, nem qualquer RTE derivada dele – em outras palavras, [17] não asserer nenhuma ação praticada pela velhinha²². O Framenet (verbete *Subsisting*) dá Entity para esse complemento, o que não ajuda, já que “entidade” não é uma relação. O ADESSE (*vivir*) dá Paciente, o que é melhor, mais ainda insatisfatório, porque [17] expressa mais o estado da velhinha do que uma mudança de estado dela.

²¹ Ou, mais precisamente, variedades mais elaboradas dessa RTE, variando de frase para frase. É possível que haja um papel semântico envolvido aqui, mas por ora vou deixar essa possibilidade de lado, e vou lidar apenas com a RTE.

²² É verdade que para viver de sopa ela precisa consumi-la; mas isso não é parte da asserção da sentença, e vem apenas por inferência.

Agora, suponhamos que deixamos o sujeito em branco quanto ao papel semântico; nesse caso, ele será preenchido por ausência, com base no esquema SUBSISTIR:

[26] A velhinha vive [de sopa].

RTE “possibilitador”

O esquema, SUBSISTIR, inclui uma “entidade que subsiste” (não apenas uma “entidade” como no Framenet); e de fato, “viver” ou “subsistir” se refere necessariamente a uma entidade (em geral um ser vivo). Assim, a RTE da variável ainda vaga do esquema terá que ser atribuída ao complemento vago, a saber, o sujeito, o que dá²³

[27] A velhinha vive [de sopa].

RTE “entidade que subsiste” “possibilitador”

Vê-se então que nem todas as RTEs que ocorrem em uma sentença precisam ser analisadas como elaboração de papéis semânticos; em alguns casos, como no do sujeito de [27], é preciso recorrer à atribuição por ausência.

5.3 APANHAR DA CAMILA

[28] O meu vizinho apanhou da Camila.

Aqui temos o caso altamente excepcional de um Agente codificado como sintagma preposicional com *de*; *apanhar* é o único verbo que codifica dessa maneira o Agente²⁴. Consequentemente, isso deve aparecer na diátese, como um traço idiossincrático do verbo. A diátese fica assim:

SujV V de SN>Agente

²³ Estou colocando apenas as RTEs, pulando o possível estágio do papel semântico; isso é explicado na seção 6.

²⁴ Talvez também *levar* e *tomar* (uma surra da Camila); mas aqui há também um SN objeto.

A relação temática do sujeito será acrescentada por ausência a partir do esquema, presumivelmente BATER, que tem como variáveis a “entidade que bate” (uma elaboração do Agente) e a “entidade que é batida”. Note-se que o mesmo esquema, com as mesmas variáveis, mas uma sintaxe diferente, ocorre em

[29] A Camila bateu no meu vizinho.

Agente

[30] A Camila espancou o meu vizinho.

Agente

Uma observação sobre essa construção: quando o Agente é omitido, como em

[31] O meu vizinho apanhou.

ela fica muito semelhante à ergativa, com sujeito Paciente e sem Agente expresso. No entanto, sempre se entende um Agente, ao contrário de ergativas como

[32] A janela abriu.

onde não se entende necessariamente um Agente. Além disso, em ergativas como [32] não se pode acrescentar um Agente, em nenhuma forma sintática, ao passo que [31] pode haver Agente com *de*, como se vê em [28]. Consequentemente, [31] deve ser analisada não como uma ergativa, mas como exemplo de uma construção separada, aqui com omissão do sintagma preposicionado.

5.4 DESCONFIAR DO HUGO

[33] Todos nós desconfiamos do Hugo.

Aqui encontramos *de* SN exprimindo o Estímulo, ou seja, o causador de uma experiência mental. O sujeito como Experienciador (a pessoa que tem a experiência mental) pode ser considerado prototípico, porque existe uma forte tendência no português brasileiro a codificar esse papel como sujeito. Embora o Experienciador ocorra como sujeito ou como objeto, com todos os verbos psicológicos há sempre uma construção disponível com essa relação associada à função de sujeito; e com os verbos de percepção o Experienciador é sempre o sujeito.

A melhor análise é portanto marcar o sintagma preposicionado, deixando o sujeito ser preenchido por efeito da regra de protótipo. A diátese pode ser

SujV V de SN>Estímulo

E a frase se analisa como

[34]	Todos nós	desconfiamos	do Hugo.
PS	Experienciador		Estímulo
RTE	“pessoa que desconfia”		“causador da experiência de desconfiar”

Assim, casos de verbos psicológicos que mostram o Experienciador em outra função que não o sujeito terão que ser marcados na diátese. Assim, a frase

[35] O público gostou do show.

pode ter a relação temática do sujeito preenchida por ausência, admitindo-se uma regra da forma **Experienciador<>sujeito**. Já em

[36] O show agradou o público.

será necessário especificar que o Experienciador é o objeto:

[37] **SujV V SN>Experienciador**

e aqui é o Estímulo que vai ser preenchido por ausência – note-se que não há necessidade de uma regra de protótipo especial, pois o esquema GOSTAR só tem duas variáveis, e o sujeito não faz mais que ocupar a que ficou vaga.

5.5 SIMPLIFICANDO DIÁTESES

A esta altura já podemos observar como os fatores extravalenciais atuam para atribuir relações temáticas aos diversos complementos, acarretando uma simplificação significativa das diáteses envolvidas. Assim, a diátese

SujV V de SN

subjaz a diversas sentenças bem diferentes do ponto de vista semântico, como por exemplo

[13] Meu gato fugiu do quintal.

[17] A velhinha vive de sopa.

[33] Todos nós desconfiamos do Hugo.

Nessas frases ambos os complementos recebem suas relações temáticas respectivas ou em virtude de regras gerais – como a regra de protótipo que marca o sujeito como Agente – ou por ausência, em decorrência de traços do esquema evocado.

Esse efeito não se limita às frases examinadas até agora, e se estende a muitos outros casos, com a mesma sintaxe e relações temáticas diferentes acrescentadas independentemente da valência de cada verbo. Para dar mais alguns exemplos, uma análise análoga à vista para as frases anteriores se aplica a

[38] Não sei dos negócios do meu irmão.

[39] Eles estão rindo de nós.

[40] O povo está falando de você.

Essas frases, ao que tudo indica, também podem ser analisadas como realizações de **SujV V de SN**.

Já em outros casos essa simplificação não funciona, por falta de uma regra geral que providencie o preenchimento de um dos complementos. Um exemplo é

[41] Todos os documentos constam do processo.

onde *de* SN expressa uma relação locativa. Essa situação é excepcional para *de* SN, de modo que a atribuição temática precisa figurar na valência do verbo *constar*, através da diátese

SujV V de SN>Lugar

com sintaxe idêntica à de [13], mas papéis semânticos diferentes. Há um bom número de casos assim, a serem estudados um por um. É semelhante o caso de

[28] O meu vizinho apanhou da Camila.

onde é indispensável estipular que o sintagma preposicionado é o Agente, o que se faz na diátese, assim marcando essa construção como caso de idiosincrasia do verbo *apanhar*, ou seja, uma exceção.

6. UMA DIGRESSÃO TEÓRICA

6.1 O QUE SE PODE ATRIBUIR POR AUSÊNCIA?

Neste ponto pode surgir uma pergunta: o processo de atribuição por ausência lida com papéis semânticos (operando portanto no nível lexicogramatical) ou com RTEs (no nível cognitivo, extragramatical)? No exemplo [35],

[35] O público gostou do show.

vimos que o sistema proposto atribui relação temática ao sujeito, por ausência. Essa relação temática pode ser o Experienciador, que é um papel semântico; mas também se pode sustentar que o que é atribuído é a RTE “entidade que gosta”, sem o intermédio de nenhum papel semântico. Na prática, essas duas soluções são equivalentes, já que o Experienciador, no contexto de uma oração com *gostar*, vai acabar sendo elaborado como a “entidade que gosta”. No entanto, acredito que apenas a segunda análise é teoricamente consistente, e isso por uma razão simples: o esquema GOSTAR, como todo esquema, representa um conceito e não um item lexical, e por isso contém RTEs mas não papéis semânticos. Os papéis semânticos são relações gramaticais, ao passo que o conteúdo do esquema é cognitivo, parte do conhecimento de mundo que o usuário da língua possui. Pode-se generalizar isso para todos os casos de atribuição por ausência: como se baseia na informação contida no esquema, esse processo não pode lidar com relações gramaticais tais como papéis semânticos ou funções sintáticas. Por exemplo, em [35] a RTE “entidade que gosta” não é diretamente atribuída ao sujeito da oração, mas à entidade cognitiva (na verdade, também um esquema, PÚBLICO) que é parte do conhecimento de mundo (e que é por sua vez evocada pelo sujeito *o público*). Isso quer dizer que o resultado final do processamento de [35] corresponde a uma representação cognitiva onde o esquema PÚBLICO vincula a RTE “entidade que gosta”.

6.2 UMA GERINGONÇA EM AÇÃO

A solução proposta na seção precedente nos obriga a admitir que uma RTE que é entendida ocorre como resultado de dois fatores bem diferentes: ou como elaboração de um papel semântico ou então introduzida diretamente a partir da variável correspondente do esquema. No exemplo [35] temos atribuição por ausência; mas também sabemos que existe na língua a tendência, mencionada na seção 5.4, de codificar o Experienciador como sujeito – e essa tendência (uma regra de protótipo) só pode ser formulada em termos de papéis

semânticos, nunca de RTEs, o que mostra que o Experienciador é de fato um papel semântico.

Isso sugere uma estrutura composta de recursos heterogêneos, que têm em comum apenas o objetivo, a saber, a atribuição de RTEs aos diferentes esquemas evocados pelos complementos de uma oração. Para atingir esse objetivo, qualquer mecanismo que funcione é aceitável. Ou seja, a estrutura comporta (para citar novamente o comentário de Minsky, 1995, a respeito da mente) “uma grande confusão de mecanismos sortidos que mal e mal conseguem fazer o serviço.” Não precisamos ir tão longe no caso da língua – há bastante sistema no modo como as atribuições são feitas. Mas não há dúvida de que se trata de mecanismos diversos, alguns linguísticos e outros extralinguísticos; em uma palavra, uma geringonça improvisada, embora com um objetivo claro e bem definido. A língua (ou, se preferem, o usuário da língua) utiliza essa geringonça de maneira oportunística para conseguir construir uma representação cognitiva que faça sentido.

Um dos possíveis aspectos da geringonça é que em certos casos mais de uma análise fica disponível, e o usuário lança mão da mais conveniente dadas as condições do momento. Isso pode parecer muito estranho no contexto da estrutura da língua, mas é bom lembrar que é a maneira típica pela qual nosso sistema de reconhecimento funciona: identificamos uma amiga pela cor do cabelo, pela voz, pela silhueta ou pela altura, conforme os dados sensoriais de que dispomos no momento. Todos esses recursos precisam estar disponíveis, já que não se pode prever em que circunstâncias deverá dar-se a identificação (objetivo comum da aplicação dos recursos).

Assim, o processamento de

[35] O público gostou do show.

pode ser feito por pelo menos dois caminhos. Primeiro, como sugerido acima, através da diátese do verbo *gostar* que estipula que *do show* é o Estímulo, o que leva à atribuição de “entidade que gosta” ao sujeito, por ausência. Mas também é possível aplicar aqui a regra de protótipo, muito plausível, que diz que o Experienciador se codifica como o sujeito. Temos portanto duas razões para

atribuir “entidade que gosta” (uma elaboração do Experienciador) ao sujeito de [35].

Outro exemplo pode ser a análise de

[13] Meu gato fugiu do quintal.

Vimos na seção 5.1 uma análise que parte da regra de protótipo “o Agente se codifica como o sujeito”. Mas é possível elaborar outra explicação para a RTE do sujeito, “entidade que se desloca”: esta é uma das RTEs presentes no esquema, FUGIR, ao lado de “meta” e “trajetória”. Mas as últimas não são candidatas idôneas à atribuição ao sujeito porque este, sendo um SN, não tem o potencial temático correspondente²⁵. Ou seja, *meu gato* não pode ser, digamos, Meta em [13] porque, primeiro, esse sintagma não tem o potencial de ser Meta (esta é prototipicamente veiculada por sintagma preposicionado com *para, a* ou *em*); depois, se *meu gato* for Meta, vai ficar faltando o Móvel, que parece ser exigido com o verbo *fugir*; e, finalmente, fugir “para o meu gato” não faz suficiente sentido para ser aceitável nesse contexto. Objeções análogas funcionam para a Trajetória, de modo que *meu gato* vai ser o Móvel. Alguns objetariam que *uma* dessas análises precisa ser escolhida, como a “certa”. Não vejo por quê; afinal estamos lidando com um sistema heterogêneo e oportunístico, que só parece dirigido a atingir o resultado visado, o que acontece das duas maneiras. Não vejo maneira, nem necessidade, de decidir qual das análises disponíveis é “realmente” parte da estrutura da língua. É possível que ambos os caminhos estejam disponíveis para o usuário ao processar a frase²⁶.

7. LIMITES DE UMA LÍNGUA

7.1 LÍNGUA E CONHECIMENTO DE MUNDO

Os exemplos examinados nas seções precedentes, que não são excepcionais, mostram que a atribuição por ausência possibilita a análise de

²⁵ Um SN pode ser Meta apenas com alguns verbos excepcionais, como *atingir*; isso é consignado na valência do verbo; o mesmo para Fonte, representada por SN com *deixar* no sentido de movimento.

²⁶ Não se tome essa afirmação como categórica; aqui falta evidência psicolinguística, que em princípio pode acabar levando a decidir por uma das soluções.

certos constituintes sem a necessidade de papéis semânticos; em vez disso, podemos lidar com RTEs bem fundamentadas, no sentido de que são diretamente observáveis, já que são facetas da representação cognitiva à qual temos acesso bastante imediato por introspecção. Vamos agora parar um momento para considerar o papel da estrutura da língua no processamento dessas sentenças e a eventual derivação de suas respectivas representações cognitivas. Para levar a efeito a interpretação da frase

[42] A velhinha vive de lembranças.

informações como as seguintes são necessárias:

(a) sempre que estiver presente o esquema SUBSISTIR, ele precisa incluir uma variável correspondente à “entidade que subsiste”;

(b) o fato de que *lembranças* não pode denotar roupa exclui uma interpretação paralela a

[43] A velhinha vive de roupas de inverno.

[43] é ambígua, e pode significar que ela está sempre vestindo roupas de inverno, ou que ela subsiste fazendo ou vendendo esses artigos. Isso depende do esquema que o verbo vai evocar, e isso por sua vez depende de fatores contextuais, controlados por conhecimento de mundo.

Os itens (a) e (b) não se relacionam ao léxico nem à gramática, e podem ser considerados traços do esquema, mais as condições cognitivas que levam a uma representação cognitiva bem formada. Uma descrição do português não deve portanto incluir a informação contida em (a) e (b), que não é de natureza linguística, embora seja essencial para a plena compreensão de [42]. Essa informação se soma à informação morfossintática, na tarefa comum de construir uma representação cognitiva bem formada.

Vê-se ainda que o significado dos itens lexicais individuais condiciona a seleção das RTEs, e conseqüentemente a construção da representação cognitiva; e o “significado dos itens lexicais” se identifica com os esquemas evocados por esses itens. Para dar mais um exemplo, nas sentenças

[44] A vizinha tem dois apartamentos.

[45] A vizinha tem umas verrugas.

em [44] o sujeito é o “possuidor”, e o objeto é a “coisa possuída”; e em [45] o sujeito é o “lugar” e o objeto é a “coisa localizada”. As relações temáticas são, nesse caso, condicionadas pelo significado do objeto da frase, como um resultado do que sabemos sobre apartamentos e verrugas; aqui não atua nenhum fator gramatical.

7.2 TRAÇANDO OS LIMITES

Os exemplos dados nas seções 5.1 a 5.4 constituem uma amostra minúscula, mas já bastam para dar uma ideia da configuração de uma pequena seção do limite entre a estrutura da língua e o conhecimento do mundo. Em

[13] Meu gato fugiu do quintal.

vimos que a relação temática de *do quintal* depende de uma regra de protótipo relativa a sintagmas introduzidos por *de*. Essa regra estabelece um conjunto de relações possíveis para tais sintagmas, incluindo entre outras Fonte e Possuidor. Isso é o que a língua nos diz sobre esses constituintes. Na frase [13], apenas Fonte se realiza, e isso se deve a uma filtragem exercida ao nível cognitivo: por exemplo, já que o verbo denota deslocamento, *do quintal* se interpreta como Fonte, o que resulta em uma representação cognitiva bem formada. Se a atribuição fosse Possuidor, haveria necessidade de uma Coisa possuída, o que a frase não fornece.

Assim, a atribuição de Fonte ao SPrep é decorrência do potencial temático da preposição *de* – ou, mais precisamente, dos sintagmas introduzidos por *de* – e é por conseguinte um traço da língua portuguesa. Por outro lado, a impossibilidade de atribuir Possuidor a esse mesmo SPrep não tem a ver com o português, mas com a impossibilidade de encaixar essa relação temática no que é expresso pela sentença; trata-se, aqui, de condições de boa formação da representação cognitiva, que não são parte da estrutura da língua.

O esquema FUGIR compreende a variável “entidade que foge”, mais algumas relações locativas, como “lugar de onde”, “lugar para onde” e “lugar por onde”. No caso, como vimos, realiza-se o “lugar de onde”, por força do potencial temático de *de* SN. Se a preposição fosse *por*, o que se realizaria seria o “lugar por onde”, e assim por diante. Mas as alternativas não vinculadas não são por isso eliminadas da representação cognitiva – continuamos entendendo que o gato fugiu *para* algum lugar, *por* algum lugar, só que esses lugares não estão vinculados por esquemas. Se estivessem, teríamos uma frase como

[46] Meu gato fugiu do quintal para a rua por esse portão.

A possibilidade de [13], com suas variáveis presentes mas não vinculadas, mostra que é incorreto sustentar que todas as relações temáticas (todos os papéis semânticos, por exemplo) precisam vincular algum complemento; o que não pode acontecer é a presença de complementos não vinculados. Ou seja, quando alguém foge, é sempre de algum lugar, para algum lugar, por algum lugar, ainda que alguns desses lugares não sejam expressos na sentença.

Para ter uma noção preliminar dos limites da língua portuguesa nesta pequena área, vamos considerar os fatores envolvidos na atribuição de relações temáticas aos constituintes de [13]. O sujeito recebe sua RTE, “entidade que foge” como elaboração do papel semântico Agente, no contexto de um esquema, FUGIR, que denota um deslocamento. O Agente se elabora (neste contexto) como “causador imediato de um evento de fuga”; e isso por sua vez acarreta um movimento da entidade, que é também um “móvel”. Desse modo, o sujeito recebe seu papel semântico por regra de protótipo (o agente é o sujeito), e acaba recebendo a RTE “entidade que foge”, o que acarreta “entidade que se movimenta”.

Mas nesse processo o que é decorrência da estrutura do português e o que decorre de nosso conhecimento não linguístico? Eu diria que apenas a regra de protótipo, formulada como **Agente**<>**sujeito**, é parte da língua. Os outros componentes são consequência de conhecimento do mundo: aqui, o conhecimento de que quem causa imediatamente um evento de fuga

necessariamente se move de um lugar para outro²⁷. É aí que podemos traçar o limite da língua, que neste particular define uma área bastante estreita.

Agora passemos ao sintagma preposicionado *do quintal*. A língua define uma relação simbólica para sintagmas introduzidos por *de*, com possibilidades como Fonte e Possuidor (como em *a casa é do Antônio*)²⁸. E é só isso que a estrutura da língua nos oferece; a seleção entre essas duas possibilidades terá que ser feita com base em fatores cognitivos. Como sabemos, o sintagma ocorre no contexto do esquema FUGIR, que envolve deslocamento, e portanto Fonte funciona aqui, ao contrário de Possuidor. Este último papel semântico é emparelhado com Coisa possuída, e o verbo da frase não evoca nenhum esquema que contenha um candidato a assumir essa RT. Logo, *do quintal* é a Fonte, e se elabora como “lugar de onde alguém foge”. Outro fator cognitivo provavelmente envolvido é a semântica de *quintal*, assim como a de *gato*, palavras que permitem a construção de uma representação cognitiva bem formada. Se a frase fosse

[47] Essa proposta foge do quintal.

a integração seria muito mais difícil, porque *proposta* não se coloca facilmente em um lugar físico como o quintal; e

[48] Meu gato fugiu das regras habituais.

não permite uma interpretação espacial de *fugir*, que teria de evocar outro esquema, algo como NÃO SE CONFORMAR, que também ocorre em

[49] Essa proposta foge das regras habituais.

Os dois esquemas evocados por *fugir* têm traços em comum, que poderão ser eventualmente explicitados; no momento, porém, acho melhor ficarmos com esses julgamentos intuitivos, porque qualquer tentativa de formalização ou generalização seria prematura. Por ora, vamos observar como na interpretação

²⁷ Isso inclui movimentos não literais, como em *ele fugiu do assunto*.

²⁸ Há outras possibilidades, mas vamos nos limitar a estas duas para não sobrecarregar a exposição.

da frase [13] a estrutura da língua se limita à regra de protótipo que marca o sujeito como Agente, mais as regras que estabelecem o potencial temático de sintagmas da forma *de* SN; tudo o mais pode ser derivado através de elaborações, ou seja, das trilhas hiponímicas que levam de relações temáticas bastante esquemáticas (como Agente, entendido como “causador imediato de um evento”) para relações altamente elaboradas (como “lugar de onde alguém foge”)²⁹.

Por outro lado, é claro que [13] depende de outras regras de natureza linguística, notadamente as regras morfossintáticas responsáveis por sua forma; ver a respeito a seção 9 abaixo.

8. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO

A noção de elaboração, vista na seção 3 acima, ajuda a explicar um conjunto de fatos que têm a ver com relações temáticas aparentemente múltiplas. Vejamos a sentença

[50] O cachorro correu para debaixo da cama.

Aqui o sujeito é um Agente, que pratica a ação descrita; mas é também o Móvel, porque se desloca de um lugar para outro. Devemos postular um papel semântico composto nesses casos?

Se admitirmos que os papéis semânticos precisam ser elaborados com base em elementos do contexto, isso não é necessário. Em [50] o sujeito recebe o papel de Agente pela ação da regra de protótipo que já conhecemos. Então ele deve ser elaborado, e essa elaboração vai compreender pelo menos duas RTEs: o cachorro é a “entidade que corre”, e também a “entidade que se desloca para debaixo da cama”; ou seja, o evento denotado se compõe de dois sub-eventos, simultâneos e interdependentes. Essas RTEs são parte da elaboração e eventualmente da representação cognitiva veiculada pela sentença.

9. SINTAXE

²⁹ Essas trilhas são estudadas em Perini (2019, seção 4.5).

Estivemos nos concentrando em funções simbólicas, a saber a atribuição de relações temáticas a estruturas sintáticas prontas. Vamos agora dar uma breve olhada nessas estruturas sintáticas. Seja o exemplo

[51] O gato entrou na sala.

Aqui a Meta é expressa por *em* SN. Isso pode ser resultado de uma regra de protótipo que estabelece que *em* SN pode ser Meta sempre que o esquema evocado se refere a um deslocamento. Assim, à primeira vista, parece que *em* SN aqui não precisa aparecer na diátese, já que recebe sua relação temática por regra.

Mas há um problema: a preposição individual que aparece depende do verbo, como se vê em

[52] * O gato chegou para a sala.

[53] * O gato voltou na sala.

comparadas com

[54] O gato voltou para a sala.

Ou seja, a Meta é marcada pela preposição *em* com o verbo *chegar*, mas tem que ser *para* com *voltar*. Isso precisa ser explicitado na valência desses verbos. As relações temáticas associadas com *chegar* e *voltar* são as mesmas (Móvel e Meta), de modo que a interpretação não apresenta problemas. Mas a produção depende de informação sintática, que é diferente para os dois verbos, e isso precisa aparecer de alguma forma na descrição. Por isso, *entrar* tem a diátese

VSubj V *em* NP

e *voltar* tem

VSubj V para NP

O fenômeno é mais complexo, como mostra o seguinte quadro:

Verbo	Preposição que introduz a Meta
<i>entrar</i>	em / para / *a / *de
<i>voltar</i>	??em / para / a / *de
<i>ir</i>	em / para / a / *de
<i>chegar</i>	em / *para / *a / *de
<i>se aproximar</i>	*em / *para / *a / de

Notas:

1. *De* ocorre com os primeiros quatro verbos, mas apenas como marca de Fonte, não Meta. O verbo (*se*) *aproximar*, não admite complemento de Fonte com *de*.
2. *Voltar* com *em* (*ele voltou em BH*) parece bastante coloquial.

Quadro 1: Codificação da Meta com cinco verbos de movimento

O quadro mostra cinco verbos e cinco diferentes seleções de preposições.

A informação sintática, evidentemente, é parte do componente linguístico da valência, e parte dela é passível de generalização (regras gerais, protótipos); mas, como se viu, outros detalhes precisam ser marcados na valência de verbos individuais, e constituem idiosincrasias não generalizáveis – e além disso, ao que tudo indica sem nenhuma motivação funcional. Os exemplos vistos neste artigo sugerem que essa situação está longe de ser excepcional.

CONCLUSÕES

Um enunciado linguístico tem como extremidades um sinal fonético e uma representação cognitiva. Há muito se reconheceu (cf. Saussure, 1916, cap. 3) que a tarefa da linguística é explicitar a relação entre esses dois fenômenos. É importante insistir que ambos os tipos de fenômenos são observáveis, e são parte dos dados com que trabalhamos. A face fonética pode ser gravada e analisada em termos de seus componentes acústicos e articulatórios; a face cognitiva é acessível à introspecção, um recurso rejeitado por alguns linguistas,

mas que é, na minha opinião, inevitável. Nenhuma análise linguística de interesse jamais foi proposta sem que esse componente essencial tenha sido utilizado³⁰.

Uma consequência é que a análise precisa chegar até a representação cognitiva, que é muito mais concreta e rica do que abstrações como a forma lógica; de outro modo as afirmações feitas pelo linguista não serão testáveis em situações reais. Nenhuma análise formal basta para distinguir a RTE do sujeito em *eu quebrei o copo* e *eu lavei o copo* – mas a diferença aparece bem claramente na representação cognitiva que um falante constrói para essas frases, inclusive com uma imagem visual da cena denotada. Essa imagem pode ser descrita, em parte, com o uso de RTEs; os papéis semânticos, ainda que necessários para a análise, não são suficientemente concretos. Começamos então com duas RTEs diferentes para os sujeitos dessas frases, porque apenas elas podem ser testadas quanto à presença em cada caso³¹.

Nos exemplos examinados neste artigo procurei mostrar como o processo de atribuição faz uso de todos os recursos disponíveis de uma maneira sabiamente econômica que é, claro, em parte imposta pela pobreza do sistema linguístico em vista da enormidade da tarefa. O sistema atinge esse grau de parcimônia tomando carona nos esquemas evocados. A compreensão é o resultado de um esforço conjunto da lexicogramática da língua, mais o conhecimento de mundo tal como representado nos esquemas, mais as condições de boa formação das representações cognitivas. Mapear os limites desses componentes em detalhe é uma tarefa para a pesquisa futura.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

A<>b = o papel semântico **A** se codifica prototipicamente como **b**, onde

b é uma função sintática ou uma preposição

RT = relação temática

RTE = relação temática elaborada

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

³⁰ Para a importância da introspecção na metodologia linguística cf. Talmy (2007).

³¹ Essa posição pode resultar na rejeição, ou pelo menos na reformulação, da dicotomia tradicional entre competência e desempenho (*performance*); essa é uma questão teórica que não podemos discutir no contexto deste artigo.

ADESSE (*Alternancias de diátesis y esquemas sintáctico-semánticos del español*). Disponível em <<http://adesse.uvigo.es>>

brasileiro.

CARVALHO, Janayna M. R. *Valência dos verbos de conhecimento do português brasileiro*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

FRAMENET (data) Disponível em <<http://framenet.icsi.berkeley.edu>>

GÖTZ-VOTTELER, Katrin. Describing semantic valency. In HERBST, Thomas e Katrin GÖTZ-VOTTELER, (orgs.) *Valency: Theoretical, descriptive and cognitive issues*. Berlin: Mouton De Gruyter, 2007.

GREGORY, R. L. *Eye and brain: the psychology of seeing*. New York: McGraw-Hill, 1966.

HAEGEMAN, Liliane. *Introduction to government & binding theory*. Oxford, Blackwell, 1991.

HERBST, Thomas, e Susen SCHÜLLER. *Introduction to syntactic analysis*. Tübingen: Narr, 2008.

JACKENDOFF, Ray S. *Semantic Structures*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

JACKENDOFF, Ray S. The status of thematic relations in linguistic theory. *Linguistic Inquiry*, 18, 3, 1987.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar - vol. II, Descriptive application*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LAUNEY, Michel. *Introducción a la lengua y a la literatura náhuatl*. México: UNAM, 1992.

LEVIN, Beth e Malka Rappaport HOVAV. *Argument realization*. Cambridge University Press, 2005.

MALCHUKOV, Andrej e Bernard COMRIE (eds.) *Valency classes in the world's languages*. Berlin: Mouton De Gruyter, 2015.

MINSKY, Marvin. Smart machines. In BROCKMAN, John (org.) *The Third Culture*. New York: Touchstone, 1995.

PERINI, Mário A. 2015. *Describing verb valencies: practical and theoretical issues*. Cham, Switzerland: Springer, 2015.

PERINI, Mário A. 2019. *Thematic relations: a study in the grammar-cognition interface*. Cham, Switzerland: Springer, 2019.

PERINI, Mário A. a sair. *Linguagem e cognição: esquemas, gramática e os limites da língua*.

PERINI, Mário A. em elaboração. *Dicionário de valências verbais do português*

RICKHEIT, Gert e Lorenz SICHELSCHMIDT. Valency and cognition – a notion in transition. In Herbst, Thomas e Götz-Votteler, Katrin (org.) *Valency: theoretical, descriptive and cognitive issues*. Berlin: Mouton De Gruyter, 2007.

RUMELHART, David E. Schemata: the Building Blocks of Cognition. In Spiro, R.J. *et al. Theoretical issues in reading comprehension*. Hilldale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1980.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1916.

SCHLESINGER, Izchak M. *Cognitive space and linguistic case: semantic and syntactic categories in English*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.

TALMY, Leonard. Foreword. In González-Márquez, M.; Irene MITTELBERG; Seana COULSON; e Michael J. SPIVEY (orgs.). 2007. *Methods in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2007..

VAAMONDE, Gael; Fita G. DOMÍNGUEZ ; e José M. GARCÍA-MIGUEL. ADESSE: A database with syntactic and semantic annotation of a corpus of Spanish. La Valetta, Malta: *Proceedings of the 7th LREC – 2010*. 2010.